

## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO(A) PREGOEIRO(A) DA TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

REF.: EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 33/2021

PROCESSO Nº 0096694-45.2020.6.05.8000

HORUS SERVICOS DE TECNOLOGIA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, com sede na RUA DEZOITO DE NOVOEMBRO 273 SALA 502 - BAIRRO NAVEGANTES CEP 90240-040 - PORTO ALEGRE/RS, inscrita no CNPJ sob o nº 11.930.119/0001-80, doravante denominada "HORUS", por seu SUPERVISOR COMERCIAL, procurador constituído, inconformada com a classificação da PROPOSTA da empresa DATEN TECNOLOGIA LTDA no ITEM 01 do pregão epígrafado, vem respeitosamente à presença de V.Sa. tempestivamente apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO, pelas razões de fato elencadas a seguir, esperando e requerendo que V. Sa., em se manifestando pelo seu acolhimento, reconsidere a decisão ora recorrida e, assim não entendendo, remeta o processo para autoridade superior, a fim de que esta se pronuncie sobre o presente Recurso.

Nestes Termos,

Pede Deferimento,

Porto Alegre, 13 de Dezembro de 2021.

RAZÕES DA RECORRENTE:

SÍNTESE DOS FATOS

1. No dia 19 novembro do ano de 2021, foi realizada a disputa do pregão em epígrafe, tendo a Recorrente participado do ITEM 01, cujo objeto é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de computadores desktop e notebook, conforme condições, quantidades e exigências a seguir estabelecidas no Edital e seus anexos.

2. Encerrada a fase de lances, a participante DATEN TECNOLOGIA LTDA nomeada nesta peça por "RECORRIDA" ou simplesmente "DATEN", foi declarada arrematante e posteriormente vencedora do item 01.

3. Contudo, após a análise da documentação enviada pela recorrida, constata-se que a sua proposta comercial não atendeu às especificações técnicas mínimas exigidas para o Item 01. Este fato ensejou a manifestação da HORUS SERVICOS DE TECNOLOGIA EIRELI para interpor recurso contra a classificação da RECORRIDA, visto que, claramente, comprovaremos a seguir, o equipamento proposto pela recorrida não atende às exigências do edital.

4. Neste particular, o presente Recurso abordará a seguinte irregularidade:

a) A DATEN não comprovou o atendimento à exigência quanto a BIOS ( MINI DESKTOP – ITEM 1), ONDE É EXIGIDO CONFORME A SEGUINTE REDAÇÃO abaixo:

A BIOS deverá ser desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ou esse com direitos (copyright) sobre a BIOS. Serão aceitas soluções em regime de O&M ou personalizadas, desde que o fabricante possua direitos totais (copyright) sobre a BIOS;

A DATEN, apenas acostou catálogo próprio referente ao equipamento modelo (DATEN / DC3A-U). É imprescindível a devida apresentação, comprovação quanto a esta exigência, visto que não há como assegurar as atualizações e demais funcionalidades ao longo da utilização do equipamento visto que a função de BIOS é antes de carregar o Sistema Operacional executar uma série de testes no equipamento afim de assegurar a saúde do sistema. Logo um fabricante ter todas as ferramentas e as atualizações necessárias é fundamental ter o direito de copyright sobre a BIOS.

5.No Rol de documentos apresentados pela DATEN não há nenhum documento que comprovando regime de OEM ou a comprovação de direito copyright sobre a BIOS do equipamento ofertado. O edital é claro em seu termo de referência quando faz tal exigência inclusive para assegurar a total garantia do objeto a ser contratado.

6.Torna-se, portanto, imperiosa a reconsideração da decisão que declarou como vencedora dos Item 01, a empresa participante DATEN TECNOLOGIA LTDA, devendo esta ser desclassificada, conforme será demonstrado nas razões expostas.

DOS FUNDAMENTOS QUE JUSTIFICAM O ACOLHIMENTO DO PEDIDO DE REFORMA

A falta da referida comprovação (Direito de copyright sobre a BIOS) prevista no Edital no ROL de documentos juntamente com a proposta comercial apresentada pela empresa participante DATEN TECNOLOGIA LTDA. O que mostra estar TOTALMENTE incapaz de atender aos requisitos do Edital.

7.O Edital prescreve, detalhadamente, as regras do certame, as características que devem compor a proposta comercial, os documentos comprobatórios que devem ser apresentados, bem como o objeto licitado, sobretudo por se tratar de um bem cuja complexidade de produção exige descrição minuciosa das qualidades mínimas e garantias requeridas e suas comprovações.

8.O Instrumento Convocatório (edital) é a lei interna da licitação, e os seus termos deverão ser observados e obedecidos tanto pelas empresas que participam da disputa quanto pelo órgão, visto que a licitação objetiva à satisfação do interesse público na busca da proposta mais vantajosa. Conforme cita o Prof. Hely Lopes Meirelles, em sua obra Direito Administrativo Brasileiro, 25ª ed. São Paulo: Malheiros, 200, p.82:

"Na administração pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa 'poder fazer assim'; para o administrador público significa 'deve fazer assim'.

9.A recorrida não observou a exigência estabelecida em edital e Termo de Referência para a apresentação da sua proposta. A proposta da empresa DATEN TECNOLOGIA LTDA não traz o mínimo e carece das referidas comprovações. A recorrida não apresentou o mínimo necessário a sua classificação para comprovar que a mesma atende às exigências mínimas estabelecidas em edital.

10.O Anexo A (A.1.ESPECIFICAÇÕES) do edital prevê que todos os componentes de hardware da solução deverão ser de um único fabricante em regime de OEM, devendo o fabricante ter direitos totais (copyright) sobre a BIOS. Portanto a proposta comercial da DATEN em nada comprova o atendimento as exigências técnicas estabelecidas em edital e, portanto, a recorrida deve ter a sua proposta desclassificada.

11.O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

12.Caso qualquer outro licitante deixasse de atender as estas exigências mínimas estaria sujeito à desclassificação da sua proposta. Portanto, não há tratamento diferenciado a ser dispensado à empresa DATEN. A empresa deve

ser desclassificada, para que sejam respeitados os princípios basilares da ISONOMIA, JULGAMENTO OBJETIVO e da VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO!

13. Em concreto, é inegável que a empresa DATEN TECNOLOGIA LTDA deixou de apresentar no rol de documentos e em sua proposta comercial tais comprovações e em desacordo com as exigências estabelecidas em edital. É impossível a aceitação de uma proposta e seus anexos que claramente desatende as exigências mínimas do edital, sendo este fato, inegavelmente, uma clamorosa ofensa ao princípio da legalidade e do julgamento objetivo, se considerarmos que a proposta apresentada não foi julgada à luz das exigências editalícias.

14. Caso a Administração ignore este fato e celebre o Contrato Administrativo com a empresa DATEN TECNOLOGIA LTDA o objeto da avença será ilícito, podendo o contrato ser considerado nulo, na forma do artigo 166, do Código Civil.

15. Não é crível, e mais, é inconstitucional e ilegal que uma licitante deixe de cumprir as regras editalícias e venha a se sagrar vencedora da licitação. Isto seria premiar quem anda em descompasso com a legislação.

16. No caso epigrafado, a empresa DATEN TECNOLOGIA LTDA, não comprovou o pleno atendimento às exigências contidas no edital para o item 01, e por esta razão, deve ser desclassificada do Pregão Eletrônico Nº 33/2021. Este ato representará verdadeiro paradigma da justiça!

DO PEDIDO

17. Diante do exposto, requer esta Recorrente que V. Sa. se digne a dar provimento ao presente Recurso para reformar a r. decisão, e desclassificar a DATEN TECNOLOGIA LTDA, por ter descumprido as exigências técnicas estabelecidas em edital.

18. Requer ainda que, assim não entendendo, submeta o Recurso à apreciação de autoridade superior para decisão.

Nestes Termos,

Pede Deferimento,

Porto Alegre, 13 de Dezembro de 2021.

**Fechar**

## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### RECURSO :

Ao , Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – TRE-BA  
Pregão 33/2021  
Item: 05

MALUTEC INFORMÁTICA EIRELI, empresa individual de responsabilidade limitada inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.635.299/0001-53, com sede na Cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, à Rua Orestes Morandini, 451, Jd. Castelo Branco, CEP 14.091-280, neste ato, representada na forma definida em seu contrato social, vem mui, respeitosamente, apresentar recurso administrativo contra a decisão de declarar vencedor do certame a empresa: LS SERVICOS DE INFORMATICA E ELETRONICA LTDA, Lote 05.

Inconformada com a decisão tomada por esta doutra Comissão de Licitação, que declarou a empresa LS, vencedora do certame para o item 05, maneja-se o presente recurso, constatando que a sagrada vencedora não cumpriu com plenitude os requisitos do edital, exigidos no ato convocatório, apontando clara violação às normas do edital, quanto às garantias legais e constitucionalmente atinentes a licitação, conforme será apresentado detalhadamente a seguir:

#### DA FALHA QUANTO AS INFORMAÇÕES OBRIGATORIAS PARA O ITEM 05

Para o item 05, o termo de referência do edital, pagina 44 estabelece o seguinte requisito:

Garantia do Fabricante de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses com atendimento "onsite", na Sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.

Ao verificar a proposta e documentos anexados pela licitante LS, temos que a mesma não apresentou a garantia do fabricante Positivo Informática. E somente informa que ela mesma prestaria a garantia de todos os 100 notebooks

Segue declaração de garantia enviada pela LS, pdf 06/12/2012, as 19:02 hs:

"A proponente disponibiliza, para ambos os itens, e-mail para a abertura de chamados rma@realinformatica.net.br e/ou telefone gratuito 0800-644-6565 e conta com rede de assistência técnica autorizada em todo o território nacional".

Com essa declaração da LS, fica evidente que ela própria que realizara assistência técnica de todos os notebooks da Fabricante Positivo informática, pelo período de 36 meses no local, em nenhum momento na declaração apresentada, observa se que a garantia será da Fabricante.

Nossa empresa é revenda autorizada Positivo Informática em consulta ao vendedor que nos atende, nos confirmou que o notebook VAIO FE15 PART NUMBER: VJFE53F11X-B0211H, ofertado pela empresa LS, somente será vendido com garantia de apenas um ano balcão, dessa forma fica impossível a Positivo informática prestar assistência de 36 meses no local ou apresentar o Termo de garantia de Fábrica.

A garantia de fábrica ou do fabricante além de assegurar que somente peças originais sejam substituídas por técnico capacitado, também assegura que informações importantes do Tribunal contidas no HD não sejam expostas.

Além do mais , tentamos por dois dias contato através do telefone 0800-644-6565 informado pela LS para o atendimento e ninguém o atende.

A garantia deverá ser prestada pela Fabricante e não pela licitante ou terceiros.

Temos que a proposta da licitante LS para o lote 05, não atende o edital no que diz respeito as informações obrigatórias que deveriam constar junto a mesma, bem como não comprova o pleno atendimento e exigidos em edital quanto a garantia da fabricante.

Pelo desatendimento da norma imperativa regente do certame e com base nos princípios de JULGAMENTO OBJETIVO, VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E O PRINCÍPIO DA ISONOMIA, E PUBLICIDADE, impõe seja revista a decisão administrativa que importou na declaração de vencedora, ante a comprovação do desatendimento do Edital.

A proposta da recorrida, de fato, não atende o que é exigido no mencionado item, o que é irregularidade insanável uma vez que não poderá substituir os documentos apresentados, sob afronta à isonomia em relação aos demais licitantes.

Somente o preço não serve para classificar bem um licitante. Se fosse assim, os licitantes (esta recorrente, inclusive) preocupar-se-iam unicamente com cotar o menor preço, despreocupando-se totalmente com a configuração necessária ou demais cumprimento das exigências.

Aceitar licitantes que não apresentaram uma solução alheia ao objeto do edital, sem comprovação dos requisitos de certificação, informações técnicas que deveriam constar na proposta e ainda diversas limitações como as apontadas para o lote 05, causa insegurança jurídica, porque os demais licitantes participam (ou, pior, deixam de participar) de um pregão porque não possuem a condição de atender ao exigido.

O julgamento de qualquer licitação deve ocorrer com amparo legal, e muito especialmente como pré-estabelecido no seu instrumento convocatório - o edital. Não pode qualquer licitante ser surpreendido com a classificação de seu concorrente, quando este descumpra comando que regulava a competição licitatória.

Se a LS, for mantida como classificada, isso estará a ocorrer no presente caso, de forma contrária à lei especial incidente.

O edital de licitação configura a chamada "lei interna". As condições ali estipuladas, precípuas ao objeto da licitação, deverão ser cumpridas rigorosamente pelas partes, tanto na fase habilitatória, como agora, no julgamento da técnica necessária.

O sempre citado (e nunca esquecido) Hely Lopes Meirelles, já definia que a licitação:

"realiza-se através de um procedimento vinculado, no desenvolver do qual a administração não pode afastar-se das prescrições legais que bitolam a sua tramitação, sob pena de invalidar o contrato subsequente." (direito administrativo brasileiro 2a. Ed. Pág. 251)

Também o renomado professor Adilson Dallari ensinou que:

"acreditamos que os elementos verdadeiramente essenciais a qualquer modalidade de licitação e que, por isso mesmo, devem ser considerados como princípios fundamentais deste procedimento são três: igualdade, publicidade e estrita observância das condições do edital." (aspectos jurídicos da licitação, editora Juriscredi Ltda, pág. 33).

Elaborado o edital e posteriormente publicado, o mesmo passa a regular de maneira peremptória e categórica todas as relações entre a administração e os eventuais licitantes, sendo vinculante inclusive para o próprio poder judiciário (por isso Pontes Miranda afirma "fazer o edital lei para ambas as partes").

O jurista Celso Antônio Bandeira de Mello, em relação à força do edital numa licitação, diz que:

"a licitação é o procedimento administrativo pelo qual uma pessoa governamental, busca alienar, adquirir... Segundo condições por ela estipuladas previamente..." (Celso Antônio Bandeira de Mello, r.t. Vol. 524, pag. 43).

E complementa,

"a rigorosa e fiel sujeição ao edital é concebida em termos tão rígidos que gera, inclusive a consequência denominada imutabilidade do edital."

Nessa linha jurídica há que se entender o princípio da isonomia como impeditivo de criar uma "desigualdade injustificada" expressão usada por Lúcia Valle Figueiredo.

Se a licitação é formal (e efetivamente é, por isso as partes precisam cumprir as suas regras) não basta que o licitante possua tal disposição em atender aos prazos exigidos se deixar de ofertá-la documentada a essa administração. Menos ainda quando esse licitante sabe a diferença entre a comprovação que deixou de apresentar e aquela que deveria ter apresentado.

O art. 4º da lei das licitações assegura:

"todos quantos participem de licitação promovida pelos órgãos ou entidades a que se refere o art. 1º têm direito público subjetivo à fiel observância do pertinente procedimento estabelecido nesta lei."

**PORTANTO, TAIS VÍCIOS RESTAM INSANÁVEIS. E NÃO SE FALE EM "EXCESSO DE FORMALISMO" QUANDO É O PRÓPRIO EDITAL QUE EXIGE ESSES REQUISITOS.**

Por todo o exposto, conclui-se que a Administração Pública, no curso do processo de licitação, não pode se afastar das regras por ela mesma estabelecidas no instrumento convocatório, pois, para garantir segurança e estabilidade às relações jurídicas decorrentes do certame licitatório, bem como para se assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, é necessário observar estritamente as disposições constantes do edital ou instrumento congênere.

#### DAS RAZÕES:

A Constituição Federal brasileira determina que a administração pública obedeça aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, caput). Explicita ainda a Constituição a necessidade de observância desses princípios ao exigir que as obras, serviços, compras e alienações sejam contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes (art. 37, inciso XXI).

Para regulamentar o procedimento da licitação exigido constitucionalmente, foi inicialmente editada a Lei n. 8.666/1993. Com a Lei n. 10.520/2002, mais uma modalidade licitatória (pregão) foi introduzida no modelo brasileiro, ao qual se aplicam subsidiariamente as regras da Lei n. 8.666/1993. Seja qual for a modalidade adotada, deve-se garantir observância da isonomia, legalidade, impessoalidade, igualdade, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, previstos expressamente na Lei n. 8.666/1993.

Dentre as principais garantias, pode-se destacar a vinculação da Administração ao edital que regulamenta o certame licitatório. Trata-se de uma segurança para o licitante e para o interesse público, extraída do princípio do procedimento formal, que determina à Administração que observe as regras por ela própria lançadas no instrumento que convoca e rege a licitação.

Segundo Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, o instrumento convocatório é a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei de Licitações, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". (Curso de Direito Administrativo, 2007, p.416)

O mesmo autor prossegue no exame da questão, e reforça sua argumentação a respeito da vinculação do edital com o art. 41, §2º, da Lei 8.666: "Ali, fixa-se prazo para que o licitante possa impugnar os termos do edital. Expirado esse prazo, decairá o participante da licitação do direito de impugná-lo. Isto significa dizer que quem

participa da licitação não pode esperar pela sua inabilitação ou desclassificação para, somente então, impugnar a regra contida no edital que levaria à sua exclusão do processo" (Curso de Direito Administrativo, 2007, p.417). Ainda sobre a vinculação ao edital, Marçal Justen Filho afirma que "Quando o edital impuser comprovação de certo requisito não cogitado por ocasião do cadastramento, será indispensável a apresentação dos documentos correspondentes por ocasião da fase de habilitação" (Pregão. Comentários à Legislação do Pregão Comum e do Eletrônico, 4ª ed., p. 305). Como exemplo de violação ao referido princípio, o referido autor cita a não apresentação de documento exigido em edital e/ou a apresentação de documento em desconformidade com o edital (como documento enviado por fac-símile sem apresentação dos originais posteriormente). Sobre o tema, igual orientação pode ser encontrada no Supremo Tribunal Federal (STF), no Superior Tribunal de Justiça (STJ), no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) e no Tribunal de Contas da União, como será a seguir demonstrado.

O STF (RMS 23640/DF) tratou da questão em decisão assim emendada:

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. PROPOSTA FINANCEIRA SEM ASSINATURA. DESCLASSIFICAÇÃO. PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO. 1. Se o licitante apresenta sua proposta financeira sem assinatura ou rubrica, resta caracterizada, pela apócrifa, a inexistência do documento. 2. Impõe-se, pelos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, a desclassificação do licitante que não observou exigência prescrita no edital de concorrência. 3. A observância ao princípio constitucional da preponderância da proposta mais vantajosa para o Poder Público se dá mediante o cotejo das propostas válidas apresentadas pelos concorrentes, não havendo como incluir na avaliação a oferta eivada de nulidade. 4. É imprescindível a assinatura ou rubrica do licitante na sua proposta financeira, sob pena de a Administração não poder exigir-lhe o cumprimento da obrigação a que se sujeitou. 5. Negado provimento ao recurso.

O STJ já se manifestou diversas vezes a respeito do tema (por exemplo: RESP 595079, RÔMS 17658). No RESP 1178657, o tribunal decidiu:

ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NÃO CUMPRIDO. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DIFERENTE DA EXIGIDA. O Tribunal de origem entendeu de forma eskorreita pela ausência de cumprimento do requisito editalício. Sabe-se que o procedimento licitatório é resguardado pelo princípio da vinculação ao edital; esta exigência é expressa no art. 41 da Lei n. 8.666/93. Tal artigo veda à Administração o descumprimento das normas contidas no edital. Sendo assim, se o edital prevê, conforme explicitado no acórdão recorrido (fl. 264), "a cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União do registro do alimento emitido pela Anvisa", este deve ser o documento apresentado para que o concorrente supra o requisito relativo à qualificação técnica. Seguindo tal raciocínio, se a empresa apresenta outra documentação - protocolo de pedido de renovação de registro - que não a requerida, não supre a exigência do edital. Aceitar documentação para suprir determinado requisito, que não foi a solicitada, é privilegiar um concorrente em detrimento de outros, o que feriria o princípio da igualdade entre os licitantes.

O TRF1 também já decidiu que a Administração deve ser fiel ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (AC 199934000002288):

"Pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório, 'a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada' (Lei nº 8.666/93, art. 3º, 41 e 43, I). O edital é a lei da licitação. A despeito do procedimento ter suas regras traçadas pela própria Administração, não pode esta se furtar ao seu cumprimento, estando legalmente vinculada à plena observância do regramento".

O mesmo TRF1, noutra decisão (AC 200232000009391), registrou:

Conjugando a regra do art. 41 com aquela do art. 4º [Lei nº 8.666/93], pode-se afirmar a estrita vinculação da Administração ao edital, seja quanto a regras de fundo quanto àquelas de procedimento. (...) O descumprimento a qualquer regra do edital deverá ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública. Nem mesmo o vício do edital justifica a pretensão de ignorar a disciplina por ele veiculada. Se a Administração reputar viciadas ou inadequadas as regras contidas no edital, não lhe é facultado pura e simplesmente ignorá-las ou alterá-las (...)"(Justen Filho, Marçal; Comentários à lei de licitações e contratos administrativos; 8ª ed., São Paulo, Dialética, comentários ao art. 41, pgs. 417/420).

A conduta da Administração na condução do pleito foi de estrita observância e vinculação ao edital, sendo o direito prejudicado pertencente a terceiro que não observou as prescrições editalícias, sendo descabida a pretensão de beneficiar-se de sua desídia.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração e o licitante a observarem as regras e condições previamente estabelecidas no edital

Por todo o exposto, conclui-se que a Administração Pública, no curso do processo de licitação, não pode se afastar das regras por ela mesma estabelecidas no instrumento convocatório, pois, para garantir segurança e estabilidade às relações jurídicas decorrentes do certame licitatório, bem como para se assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, é necessário observar estritamente as disposições constantes do edital ou instrumento congênere.

## DO PEDIDO

Pelo desatendimento da norma imperativa regente do certame e com base nos princípios de julgamento objetivo, vinculação ao instrumento convocatório e o princípio da isonomia, impõe seja revista a decisão administrativa que importou na declaração de vencedora, ante a comprovação do desatendimento do Edital

Assim, resta necessária a revisão da decisão desta administração que proferiu como vencedora a proposta da empresa LS, quando esta não atende ao edital, e que proceda com a desclassificação da mesma, a fim de reestabelecer o julgamento das propostas de forma linear, oferecendo condições idênticas de participação a todas as empresas, passando o arremate para as propostas posteriores, até o atendimento de TODAS AS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL.

Nestes termos pede e aguarda deferimento

Ribeirão Preto –SP  
09/12/2021

Carla Mayra  
Representante Legal  
RG : 254961940

**Fechar**

## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### RECURSO :

RECURSO ADMINISTRATIVO

Ao

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA - Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2021 - DATA: 19/11/2021 - Horário: 09h00

UASG: 70013 - [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA A DECISÃO DA EQUIPE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO CONTRA A DECISÃO QUE DECLAROU VENCEDORA A EMPRESA LS SERVICOS DE INFORMATICA E ELETRONICA LTDA NO ITEM 05 - NOTEBOOK.

WEB TECH TECNOLOGIA LTDA, CNPJ n. 13.335.920/0001-02, com endereço na Alameda Carrara, Nº 24, Sala 102, Pituba, Salvador – BA, CEP: 41.830-590, empresa licitante qualificada no processo relativo ao Pregão Eletrônico nº 33/2021 promovido pelo TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, destinado à "REGISTRO DE PREÇOS visando a eventual aquisição de equipamentos de informática, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência..", vem respeitosamente a Vossa Excelência Registrar Recurso, contra decisão do Ilustre pregoeiro em declarar vencedor no ITEM 05 (Notebook) a empresa LS SERVICOS DE INFORMATICA E ELETRONICA LTDA de acordo com as especificações constantes no EDITAL do pregão em referência, pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir:

#### DO DIREITO AO RECURSO

O Recorrente busca TEMPESTIVAMENTE seu direito de Recurso Administrativo, conforme preconiza a legislação vigente, e suas razões interpostas.

LEI 10.520/2002

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras: XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

DECRETO 5.450/2005

Art. 26. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

#### RAZÕES DO RECURSO

A WEB TECH TECNOLOGIA LTDA vem na qualidade de licitante requerer que a empresa LS SERVICOS DE INFORMATICA E ELETRONICA LTDA seja desclassificada e que seja chamado em sequência licitante que atenda as exigências do edital, tendo em vista a ausência de comprovação técnica dos requisitos elencados no Termo de Referência do edital, sendo estas partes integrantes e indissolúveis e aos quais o organismo solicitante está obrigado a seguir sob pena de desrespeitos aos princípios da legalidade, vinculação ao instrumento convocatório e isonomia, prejudicando assim aos licitantes que tiveram o zelo de se prender ao que fora solicitado.

#### RAZÕES DO RECURSO - FATOS:

##### DO NÃO CUMPRIMENTO DAS EXIGENCIAS DO EDITAL E SEUS ANEXOS

Estaremos listando a seguir as irregularidades encontradas na proposta da LS SERVICOS DE INFORMATICA E ELETRONICA LTDA que não cumprem as exigências editalícias do ITEM 05:

A empresa declarada vencedora ofertou equipamento que não atende às exigências do instrumento convocatório, sendo o notebook de Marca: VAIO Modelo: Fe15 e acessórios..

Ocorre que, o produto ofertado pela referida empresa não atende todas as exigências técnicas mínimas que constam no termo de referência do edital conforme descrito abaixo:

1. Memória RAM de 8 GB do tipo SDRAM DDR4 e velocidade de no mínimo 2400 Mhz ou superior;
2. Licença OEM do Windows 10 Professional 64 bits em idioma Português brasileiro;

Ocorre que após uma análise minuciosa no catálogo apresentado constatamos que o produto ofertado pela Empresa LS SERVICOS DE INFORMATICA E ELETRONICA LTDA possui APENAS 4GB DE MEMÓRIA e WINDOWS 10 HOME como podemos comprovar na página 6 do catálogo anexo a sua proposta conforme consta anexado no portal do [comprasnet.gov.br](http://comprasnet.gov.br). Além disso, a documentação da empresa declarada vencedora apresentou inconsistência também no catálogo apresentado conforme arquivo nome 01\_Catalogo\_Vaio\_FE15.pdf, onde podemos observar na página 3 que no produto ofertado consta o processador Intel® Core TM i3 10110U, e na página 6 e em sua proposta apresenta processador divergente sendo o Processador i3-1005G1. Ou seja, na mesma documentação apresentou produto tendo especificação divergente em vários aspectos, trazendo total desconfiança a proposta apresentada, além de não atender todos os itens solicitados no edital.

Sendo assim, a empresa LS SERVICOS DE INFORMATICA E ELETRONICA LTDA está em total desacordo com edital quando vincula a sua participação ao certame um equipamento que não atende ao solicitado. A empresa Licitante LS SERVICOS DE INFORMATICA E ELETRONICA LTDA teve tempo suficiente de elaborar sua proposta da maneira

que correta, e mesmo assim não o fez, apresentando proposta com a especificação do objeto fora do solicitado, e mesmo assim a mesma foi declarada vencedora de maneira equivocada, visto que sua proposta não atende o edital em sua totalidade. Não há que se falar em erro meramente formal por parte do Licitante visto que o mesmo vinculou sua proposta ao processo licitatório no qual consta um equipamento que não atende as especificações do edital.

Visto isso, fica claro que o licitante declarado vencedor apresentou produto que não atende as especificações técnicas, não tendo as mínimas condições de cumprir com o objeto dessa licitação em descumprimento total a todos os itens mencionados anteriormente do edital e termo de referência, portanto a empresa LS SERVICOS DE INFORMATICA E ELETRONICA LTDA declarada vencedora deve ser desclassificada.

Cumprе salientar que o edital é soberano, conforme consta no artigo 41 da Lei nº 8.666/93, senão vejamos:

"Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada. "

Quando a Administração estabelece, no edital, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos.

Ora, se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos do edital.

A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados.

Por derradeiro, importante salientar que, em se tratando de norma constante de Edital, deve haver vinculação ao instrumento convocatório, sob pena de afronta ao próprio princípio da segurança jurídica. Do contrário, seriam permitidas inúmeras alterações dos critérios de julgamento e da própria execução de seu objeto, perpetuando-se total insegurança de seus termos.

#### DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A rigor do que ocorre em todos os processos editalícios, a análise humana está fadada a alguns erros. E esta comissão bem como os analistas técnicos ficam induzidos ao erro ao não terem parâmetro de avaliação entre o que está sendo proposto e o que está disposto na documentação técnica apresentada. Portanto, observa-se um equívoco ao aceitar e habilitar a empresa LS SERVICOS DE INFORMATICA E ELETRONICA LTDA, tendo em vista que a mesma não apresentou proposta factível ao que dispõe o edital, constituindo violação aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório.

#### DO PEDIDO:

Em suma, há razões e argumentos sólidos suficientes que comprovam o desatendimento as exigências do edital pela Licitante LS SERVICOS DE INFORMATICA E ELETRONICA LTDA, conforme argumentos acima mencionados, razão pela qual requer a V.Sa.:

1. provimento ao recurso administrativo em sua íntegra ora interposto, com a consequentemente revisão da decisão dessa respeitosa comissão, DESCLASSIFICANDO a empresa LS SERVICOS DE INFORMATICA E ELETRONICA LTDA, permitindo assim uma disputa justa aos demais participantes da licitação.

2. Que o processo retome a sua fase de aceitação e para a análise dos outros participantes.

Caso V. Sa. não acate o presente solicitamos o encaminhamento deste Recurso à autoridade superior, como HIERÁRQUICO para análise e julgamento.

Nestes termos, pede deferimento.

Salvador/BA, 10 de Dezembro de 2021,

Ana Carine Costa Piropo  
Web Tech Tecnologia Ltda.  
CNPJ: 13.335.920/0001-02  
Sócia

**Fechar**